



**Processo nº: 2021 / 386**  
**Requerente: Gabriela Ortiz Abenel**  
**Assunto: PROJETO DE LEI**

## **RELATÓRIO**

O expediente versa sobre proposição subscrita por vereadora com assento nesta nobre Casa Legislativa, que solicita aprovação do Colendo Plenário para projeto de lei que “dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Sapucaia do Sul e dá outras providências”.

Em atenção às medidas adotadas pela administração para enfrentamento da crise pandêmica COVID-19, (art.14 da Resolução Nº 003/2021), o expediente tramita exclusivamente em formato digital. Constan dos autos eletrônicos os seguintes documentos em anexo:

001 - Projeto de Lei Legislativo (pdf, 4 páginas).

## **PARECER**

O projeto de lei em análise, conforme consta, foi elaborado com base na Resolução nº 10, de 21 de maio de 2009, da Câmara dos Deputados, que criou em seu âmbito, estrutura similar, inserindo-a no âmbito do seu Regimento interno (Resolução nº 17, DE 1989). Em consulta sobre a referida legislação junto ao sítio do órgão legislativo federal na *internet*, contatamos que o referido ato normativo foi proposto por iniciativa da Mesa Diretora, eis que:

Art. 15. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes:

(...)

XVII - propor, privativamente, à Câmara projeto de resolução dispondo sobre sua **organização**,



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

**funcionamento**, polícia, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e **funções** e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Adentrando às regras que disciplinam internamente o processo legislativo da nobre Câmara Municipal, verifica-se que há *repetição dessa reserva de competência ao órgão diretivo* no que se refere a proposições que contenham em seu teor o propósito de criar **funções (atribuições)** a serem executadas pela Casa Legislativa:

Art. 36- Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I - propor ao Plenário projetos de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixar, por Lei, as correspondentes remunerações iniciais;

No que se refere propriamente aos cargos criados pelo projeto de lei, *não constatamos a abertura de vagas na estrutura administrativa de serviços auxiliares da Câmara de Vereadores* (LM 3846/2018), ou criação de despesa a exigir apresentação de estudo de impacto financeiro.

A respeito da reserva de competência anotamos, a título de complementação, que a Mesa Diretora poderá abrir mão da reserva de



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

iniciativa, eis que fica a seu critério receber ou recusar as proposições mesmo quando em desconformidade com as disposições regimentais:

Art. 36- Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

(...)

XI - receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

Por derradeiro anotamos que, caso a proposição prossiga, a deliberação pelo plenário da nobre Casa Legislativa deve ser precedida da manifestação da Comissão de Legislação e Justiça por ser requisito geral de tramitação (§1º), e também por competência específica, eis que a proposição trata de criar funções administrativas no âmbito da Câmara de Vereadores:

Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em **todos os projetos de lei** e determinadas matérias que tramitem pela Câmara.

(...)

§ 3º- A Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim atendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

**I - organização administrativa da Prefeitura e Câmara;**



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conformidade com os fundamentos normativos apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento, opinando, num primeiro momento, pela *inviabilidade de tramitação da matéria sem deliberação expressa da Mesa Diretora*. No mérito, *não constatamos a abertura de vagas na estrutura administrativa de serviços auxiliares da Câmara de Vereadores* (LM 3846/2018). Assevera-se, outrossim, que o presente parecer tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 12 de abril de 2021

**Pablo José Camboim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257